

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 30/01/2016.

MARINA RAMOS DA ROCHA PAES

ENSAIOS DE INTERCESSÃO-PESQUISA: entre significantes e instituições

**ASSIS
2014**

MARINA RAMOS DA ROCHA PAES

ENSAIOS DE INTERCESSÃO-PESQUISA: entre significantes e instituições

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Abílio Costa-Rosa

ASSIS
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

P126e Paes, Marina Ramos da Rocha
Ensaio de intercessão-pesquisa: entre significantes e instituições / Marina Ramos da Rocha Paes. Assis, 2014
111 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis - Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Prof. Dr. Abílio Costa-Rosa

1. Participação social. 2. Saúde mental. 3. Psicanálise. 4. Reforma psiquiátrica. 5. Sistema Único de Saúde (Brasil). I. Título.

CDD 362.2
615.85154

AGRADECIMENTOS

Às minhas amigas sinceras e aos meus amigos generosos, sem os quais teria sucumbido;

Aos meus intercessores, com o auxílio dos quais consegui me exprimir;

À minha mãe, que sempre procura ter tato para se aproximar, mantém paciência e verte afeto, mesmo em face das minhas mais ásperas manifestações;

Ao meu pai, que desde minha mais remota lembrança (e certamente ela é fantasiosa) me desafia a *saber*; e que, mesmo longe, sempre está tão perto;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Não nos esqueçamos de que é verdadeiramente só através de sua própria experiência de infortúnios que uma pessoa se torna sagaz. (SIGMUND FREUD).

[...] toda enunciação implica [...] uma capacidade de resposta ativa, uma tomada de posição, um ponto de vista, uma avaliação de resposta [...] existe uma impossibilidade de fazer da enunciação uma simples convenção, uma simples instituição, uma simples confirmação das relações sociais já instituídas [...] a enunciação implica no início de uma transformação [...] (MARCELO LAZZARATO).

No capitalismo, a tendência dominante é tornar toda a atividade social instituição (civil ou política) e assim imprimir-lhe o selo de Estado, de atividade regular. A tática de institucionalizar atividades sociais, em outras formações sociais aparentemente livres, desregradas, é aqui fundamental para a extensão da Hegemonia. (MADEL THEREZINHA LUZ).

PAES, M. R. R. **Ensaio de Intercessão-Pesquisa:** entre significantes e instituições. 2014. 111f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

RESUMO

Esta dissertação é composta por três ensaios alinhavados pelo tema da participação social no contexto específico da Atenção Psicossocial. Eles abordam questões suscitadas pela práxis de Intercessão e reflexões dela decorrentes, a partir do Dispositivo Intercessor no campo da Saúde Mental Coletiva. No primeiro ensaio, é resgatada parte do histórico de implementação de práticas de participação social, como universal no Sistema Único de Saúde, e são revistas as propostas já implantadas. O segundo ensaio versa sobre uma experiência particular, com base na ação de trabalhadora como intercessora no Fórum Permanente de Saúde Mental da Região de Assis e procura indicar, mais detalhadamente, os modos de operar na ação, de acordo com o Dispositivo Intercessor. Já o terceiro ensaio é proposta inspirada na psicanálise de Jacques Lacan, visando aos sujeitos do desejo, compreendida como dimensão a ser considerada nos espaços de participação e controle social. Dessa maneira, no conjunto do trabalho, intenta-se demonstrar como indissociável o exercício intelectual, tanto no plano da práxis junto ao Fórum Permanente de Saúde Mental da Região de Assis, quanto na produção de conhecimento junto à Universidade.

Palavras-chave: Participação Social. Sistema Único de Saúde. Dispositivo Intercessor. Saúde Mental Coletiva. Atenção Psicossocial. Fórum Permanente de Saúde Mental da Região de Assis.

PAES, M. R. R. **Essays of Intercession-Research:** between signifiers and institutions. 2014. 111f. Thesis (Masters in Psychology) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

ABSTRACT

This study is consisted of three essays connected by the issue of social participation in the specific context of Psychosocial Care. They involve issues raised by the praxis of intercession and its reflections arising from the Intercessor device in the field of Mental Health Collective. The first essay recalls part of the history of implementing practices in social participation, such as the Universal Health System and the proposals already deployed are reviewed. The second essay focuses on a particular experience, from the action of working as an intercessor Permanent Forum on Mental Health of the Region of Assis and seeks to show, in details, the operating modes in action, according to the Intercessor device. The third essay is proposed inspired by the psychoanalysis of Jacques Lacan, aiming the subjects of desire, understood as a dimension to be considered in the areas of participation and social control. Thus, throughout the work, an attempt is made to demonstrate how inseparable intellectual exercise is, both in terms of praxis to the Permanent Forum on Mental Health of the Region of Assis, as the production of knowledge at the University.

Keywords: Social Participation. Health System. Intercessor Device. Collective Mental Health. Psychosocial Care. Permanent Forum on Mental Health of the Region of Assis.

Pode um homem enriquecer a natureza com a sua incompletude? (MANOEL DE BARROS)

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação é composta por três ensaios. Ensaios no sentido de que não apresentam resultados conclusivos ou aferições de um campo empírico. Eles perfazem uma linha de estruturação a partir de algumas reflexões. Por que dos ensaios? “O ‘ensaio’, com efeito, constitui a expressão literária imediata deste *confinium* entre poesia e prosa, entre criação e engajamento, entre estética e ética” (BENSE apud IANNINI, 2012, p. 269). Com efeito, “[...] o ensaio torna-se verdadeiro pela marcha de seu pensamento, que o leva para além de si mesmo, e não pela obsessão em buscar seus fundamentos como se fossem tesouros enterrados” (ADORNO apud IANNINI, p. 270).

De certa maneira, inspiro-me num modo de exposição de elaborações de Lacan que “[...] escolhe um estilo bastante particular, do qual certos traços são notáveis: (1) o aspecto não sistemático da apresentação, solidário da noção de incompletude que lhe é cara, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista textual, que lembra a forma-ensaio [...]” (IANNINI, 2012, p. 290).

Para elaborá-los, passei por um longo processo, sendo que um dos maiores propulsores para que a proposta assim se apresentasse foi o Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa, fundador do Laboratório de Pesquisa em Saúde e Subjetividade. Trata-se de um espaço de suma importância para o aprofundamento das reflexões acerca do trabalho na práxis, constituído por pós-graduandos da linha de pesquisa em Atenção Psicossocial e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista.

A pesquisa foi igualmente “nutrida” pela minha trajetória no campo da Saúde Mental Coletiva. Desde 2008, experimentei a inserção em espaços que tivessem em comum práticas de Atenção à saúde. Inicialmente, pelas ofertas de um grupo psicoterapêutico e de atendimento individual em psicoterapia, em uma Clínica-Escola dentro da Universidade, seguidas da minha participação na Associação de Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Assis e no Conselho Municipal de Saúde da cidade de Assis e, posteriormente, na fundação e participação no Fórum Permanente de Saúde Mental da Região de Assis.

A imersão neste último espaço suscitou algumas ponderações e críticas, as quais me dirigiram para a elaboração do trabalho baseado no Dispositivo Intercessor para o incremento das formas de agir num espaço como o do Fórum e para o Dispositivo Intercessor como modo

de produção de conhecimento (COSTA-ROSA, 2008), a fim de esboçar novas concepções de participação social no SUS, a partir de seu histórico e do histórico do contexto em questão, como bases para pensar como fazer da participação um movimento pertinente à fabricação de forças elementares ao campo da Atenção Psicossocial.

Norteio-me pelo Modo Psicossocial tal como proposto por Costa-Rosa (2000) para produzir uma análise de: 1- concepção de “objeto” e “meios” de trabalho, 2- formas de organização institucional, 3- formas do relacionamento com a clientela e 4- formas de seus efeitos em termos terapêuticos e éticos, presentificadas no Fórum Permanente de Saúde Mental da Região de Assis.

Para tanto, esta dissertação busca se distribuir em um encadeamento lógico por meio de seus três ensaios, de maneira que o Ensaio 1 apresenta brevemente o histórico das Reformas Sanitária e Psiquiátrica, relacionando seus projetos, problematizando os diferentes sentidos que a participação social ganhou desde o surgimento do SUS e expondo as diferenciações entre emancipação política e emancipação humana cunhadas por Karl Marx. O Ensaio 2 aborda o DI no FPSMRA e o DImpc, em sua relação com a Universidade, contextualizando o trabalho como práxis transformadora, voltada mais especificamente ao propósito da participação social, para além da realização de uma pesquisa. Finalmente, o Ensaio 3 se propõe subverter a concepção de sujeito que tem sido *falado* no âmbito da Saúde Mental Coletiva, em específico no FPSMRA, a fim de impulsioná-lo para sua singular emancipação.

A citação a seguir dá conta de impulsionar o(a) leitor(a) nas páginas que seguem, pois
a

[...] propósito do tema do saber em geral e do saber dos sujeitos do sofrimento, convém lembrar que uma das diretrizes do SUS propõe a participação da população no planejamento, gestão e controle da ação territorial e dos dispositivos institucionais. Não é por acaso que uma diretriz desse quilate pôde ser introduzida, justamente no campo da Saúde, em flagrante contradição com a tônica dominante nos outros setores da produção social. Também não é um acaso que efetivar essa participação da população tenha mostrado uma das tarefas mais difíceis do campo da Saúde Mental Coletiva.

Nossa hipótese é que isso poderá ser mais realizável na medida em que as relações imediatas que temos com esses representantes do território sejam capazes de por em suspenso, a princípio, os “saberes sobre”, principalmente nas demandas relacionadas ao sofrimento psíquico, para num segundo momento pormos em ação a especificidade dos saberes que nos cabem. (COSTA-ROSA, 2011, p.91).

QUESTÕES FINAIS

A Reforma Psiquiátrica, emparelhada com a Reforma Sanitária, reivindicou práticas de participação por sujeitos antes vistos como incapacitados, propondo-se superar o modelo psiquiátrico estigmatizador e amordaçador.

Segundo Gutierrez (2004, p.159), “[...] a intenção participativa, portanto, só pode ser estudada a partir de uma análise conjuntural e confrontada com alguns valores definidos prévia e externamente”.

Nessa perspectiva, busquei com este trabalho expor a Ética na qual me baseio para pensar a participação social no SUS, em especial na Saúde Mental Coletiva. Acredito que existem formas de participação em diversas instâncias e estratos, antes de se chegar às “representações formais”, como, por exemplo, Conselhos e Fóruns, confiando que participação social requer outros modos de produção de subjetividade.

Contudo, discussões como esta parecem estar frágeis, não completamente contidas na abordagem da participação social, na atualidade. Eis a questão primordial que me coloco para pensar nos interditos à efetivação da participação, pois, ao tomar a dimensão subjetiva apenas como subjacente a esse processo, ou seja, como uma dimensão que pode não ser determinante dele, a tendência é reificar os sujeitos como atores conduzidos à esfera política tão somente por suas ideologias, reduzindo a participação social ao partidarismo, politicagem – ou a não-participação como reflexo de desinteresse ou falta de instrução, levando à desvalorização do inconsciente como indicador, “manifestação” dos sujeitos a ser tida em conta nas instâncias de participação política e desconsiderando que “[...] não há representação possível, no campo da linguagem, para o objeto de desejo do sujeito [...]” e que “[...] a linguagem não é pensada a partir do paradigma de representação[...]” (IANINNI, 2012, p. 25).

Em relação ao FPSMRA, proponho que, apesar de ele ter sido pensado como uma solução para coletivizar processos, o próprio processamento subjetivo dos sujeitos não está sendo levado em consideração. Em atividades como discussões de casos, por exemplo, os sujeitos são postos num plano “chapado”, sobre os quais se discute superficialmente, apontando-se suas manifestações sintomáticas.

Além deste, creio que há diversos outros possíveis determinantes para o “afastamento” dos sujeitos do FPSMRA, como certa indisponibilidade dos trabalhadores da SMC – que já se sentem mais situados desse espaço – para serem corresponsáveis pela conquista da participação desses sujeitos, na medida em que se acomodam na posição de anfitriões prontos

a recepcionar novos convidados – e me coloco como corresponsável nessa “posição”, por vezes, não obstante não tivesse à época de minha participação no FPSMRA vínculo empregatício no setor público e tivesse ingressado no Fórum com o propósito de reverter ou movimentar tal lógica.

Como o Fórum almejou ser um dispositivo com práticas analisadoras, deveria manter esse propósito. “Com efeito, chama-se analisador, em uma instituição [...] aos lugares onde se exerce a palavra, bem como a certos dispositivos que provocam a revelação do que estava escondido” (LOURAU, 1973, p.69-70). Assim como o Movimento Sanitário se propunha criticar o esvaziamento dos espaços políticos, sem os seus sujeitos sociais ou todos os atores que desejava abarcar, o Fórum deve fazê-lo.

Por meio de diversas análises, ficou claro que a política pública intenciona mais do que assegurar direitos; ela serve como espaço na luta pela manutenção da hegemonia. Dessa maneira, estar “a favor dos usuários” requer um esforço maior por parte dos trabalhadores. Assim como o MS, que no início era composto por intelectuais e técnicos, o Fórum deverá cativar outros atores para ganhar solidez e efetividade, para além de ser um espaço de “formação”.

A partir da constatação da ausência dos *sujeitos do sofrimento*, é importante pensar as ofertas possibilitadas desses canais e nos seus efeitos éticos e terapêuticos, porque a participação é uma consequência diante dos modos – e dos meios utilizados – de produção de saúde-adoecimento-Atenção.

O que é a participação social, senão o fato de que os sujeitos se colocam, solicitam ajuda, em suma, “comparecem”? Requerer-se-ia a sensibilização dos profissionais, para que escutassem essas demandas, não como queixumes banais, mas como hiências no desejo, impasses passíveis de serem contornados pela própria produção subjetiva, dentre outras possibilidades.

É necessária a ampliação dos direitos democráticos dos sujeitos, pela extinção da manifestação política tal como se conhece e concebe, a qual se apresenta em defesa de pequenos nichos da sociedade. A participação social não deve se dar nesses termos políticos, quando a acepção da palavra “político” foi destituída de seu valor original de preocupação em relação à coletividade.

As práticas do Fórum estão “contaminadas” por um *modus operandi* da própria clínica de profissionais os quais adotam uma concepção de linguagem circunscrita aos signos, sendo que isso provoca essa distância, esse estranhamento entre “linguagens”, refletindo diretamente para a ausência dos sujeitos.

Enquanto se ignorar as contribuições dos sujeitos, tomando os espaços de controle social como espaços burocráticos ou meramente deliberativos, também nos demais espaços da Saúde os saberes técnicos empregados (a medicina, a psicologia, dentre outros) serão recriados como ordenadores da saúde singular de cada um, admitindo *ad infinitum* uma lógica centrada na Atenção. E, enquanto se limitar à realização de interpretações estritas das falas dos *sujeitos do sofrimento*, baseadas em identificações com aqueles que se têm em relação, será reduzida a potencialidade da clínica, como se tratassem sempre de procedimentos previamente determinados. O signo exclui o sujeito:

Abandonando o sistema baseado na semântica orgânica, que prescrevia a estabilidade do signo em relação a seu referente, Freud se interessará pelo caráter singular e instável da ligação entre o significante e o significado e pelo aspecto multifacetado e temporal da produção da significação [...] (DUNKER, 2011, p. 441).

A linguagem como estruturante dos sujeitos, assim compreendida no âmbito da SMC, proporcionaria um saber não necessariamente da ordem de uma realidade objetiva – *a priori* – mas em reposicionamento dos sujeitos diante dela, produzindo mudanças como sucedâneos. Dessa forma, por que não pensar a falha de comunicação como efeito para suavizar, poetizar, complexificar, incrementar o vivido?

Fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz.
O mundo não foi feito em alfabeto. Senão que primeiro em água e luz.

(MANOEL DE BARROS)